



PROJECTO

Pro-Cívico & Direitos Humanos

Financiado por:



Implementado por:



Relatório de Auditoria Social sobre a prestação de serviços básicos, nos sectores de Infraestruturas

PROVÍNCIA DE NAMPULA Distrito de Angoche



Em parceria com a Plataforma Distrital de Organizações da Sociedade Civil de Angoche

Maio de 2025

ÍNDICE

Introdução	4
Objectivo	8
Metodologia usada.....	8
Acesso à informação	9
Alinhamento entre o PESOD e RBPESOD	9
Resultados	10
Conclusões.....	17
Recomendações	17

FICHA TÉCNICA

Título: Relatório de Auditoria Social sobre a prestação de serviços básicos, nos sectores de Infraestruturas

Propriedade e publicação: Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC)

Elaborado por: Em parceria com a Plataforma Distrital de Organizações da Sociedade Civil de Angoche

Revisão técnica: CESC

Revisão Linguística: CESC

Tiragem: 300 exemplares

Financiamento: Embaixada da Finlândia, no âmbito do projecto Pro-Cívico e Direitos Humanos

Ano: 2025

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AS – Auditoria Social

CAS – Comité de Auditoria Social

CESC – Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil

EPC – Escola Primária e Completa

FMO – Fórum de Monitoria e Orçamento

GFP – Gestão de Finanças Públicas

INE – Instituto Nacional de Estatística

OE – Orçamento do Estado

OSC – Organizações da Sociedade Civil

PDD – Plano de Desenvolvimento do Distrito

PESOD - Plano Económico Social e Orçamento do Distrito

SDPI – Serviço Distrital de Planeamento e de Infraestruturas

TA – Tribunal Administrativo

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório descreve as actividades desenvolvidas pela Plataforma de Angoche, no âmbito da parceria com o Centro de aprendizagem e capacitação da Sociedade Civil (CESC), na implementação de acções inseridas no projecto Pro-Cívico e Direitos Humanos, financiado pela Embaixada da Finlândia em Moçambique, no caso em concreto da Auditoria Social.

Essencialmente, foram avaliados os impactos dos projectos que estão a ser implementados pelo Governo do distrito de Angoche, nos postos Administrativos de Angoche-Sede, Namaponda, Boila/Nametória e Aube-Sede, onde estavam envolvidos membros da Plataforma e os técnicos de Infraestrutura e da Secretaria do Governo Distrital.

A Auditoria Social focou-se nas infraestruturas públicas, nos sectores de educação, Saúde, Água e Saneamento e infraestruturas administrativas.

A implementação da abordagem de Auditoria Social iniciou com uma acção de capacitação envolvendo 19 participantes dentre os quais membros da Plataforma Distrital de organizações da sociedade civil, representantes do governo distrital e dos Serviços Distritais de Infraestruturas e Actividades Económicas de Angoche e seguidamente, foram realizadas acções de visitas de campo para a Auditoria Social entre 25 de Novembro e 2 de Dezembro de 2024.

Essencialmente, a auditoria social é uma prática importante para a monitoria dos serviços públicos, em todas as componentes de governação. A mesma foi realizada no âmbito da implementação dos projectos do Governo de distrito de Angoche constantes nos Planos Económicos e Sociais e Orçamentos do Distrito (PESOD) de 2022 e 2023 no que diz respeito aos investimentos.

Metodologicamente, houve consulta dos PESODs, dos Relatórios Balanço de cada ano fazendo-se, assim, o escrutínio do cumprimento de prazos, consentimento das comunidades, qualidade, dentre outros.

Abaixo está a lista dos projectos avaliados:

1. Construção de Alpendre no C. Saúde de Mutucute para consultas-Angoche;
2. Construção de mercado na Comunidade de Murrua-Angoche;

3. Reabilitação da estrada de Comba a Gêlo-Namaponda;
4. Reabilitação e ampliação do C. Saúde de Namaponda;
5. Construção do sistema de abastecimento de água de Namaponda;
6. Abertura de furo de Água na comunidade de Naquitha-Namaponda;
7. Construção do sistema de abastecimento de água de Muliquiua- Nametória;
8. Reabilitação do C. Saúde de Nametória;
9. Abertura de furo de Água na comunidade de Merussa- Nametória.

Nos projectos visitados, foi possível junto com as comunidades identificar o nível de execução, satisfação e os principais problemas/desafios que afectaram a qualidade dos projectos.

No entanto, há ainda lacunas, pois prevalece o problema de não partilha dos projetos de nível provincial para distrital, ou seja, quando os concursos são lançados ao nível provincial e central, os projetos não são enviados para os locais onde os mesmos são implementados. Esta situação dificulta a monitoria e acompanhamento da sua implementação.

De igual forma, analisado o PESOD e o RBPESOD foi notório que os instrumentos de Planificação e Reporting não estão alinhados uma vez que a maioria dos projectos reportados não constam no PESOD.

Igualmente, foi notado no Projecto de construção de mercado de Murrua, o orçamento alocado no PESOD prevê a contratação do Fiscal da Obra, sendo que, conseqüentemente é o empreiteiro que contrata o fiscal. Esta situação afecta sobremaneira a qualidade da obra.

2. INTRODUÇÃO

A provisão de serviços públicos de qualidade, depende, entre outros aspetos, da gestão eficiente e eficaz dos recursos públicos, sobretudo, num contexto em que os mesmos são escassos, caracterizado, regra geral, por **um deficit** orçamental, agravado por práticas contrárias ao interesse público, como são os casos de corrupção, conflitos de interesse, desvios de fundos, falta de transparência, entre outros factores, que se associam aos erros de planificação.

Para monitorar estes e outros aspectos, desde Junho de 2023, o CESC, IMD, CDD e o MASC estão a implementar o projecto Pro-Cívico e Direitos Humanos, que tem por objectivo Contribuir para promover uma maior visibilidade, participação e engajamento das OSC e dos cidadãos no processo de tomada de decisão nos diferentes níveis de governação, tornando-os atores influentes na promoção de uma governação inclusiva, sensível às questões de direitos humanos e que respeite as necessidades de grupos marginalizados, uma iniciativa apoiada pela Embaixada da Finlândia.

No âmbito da implementação do Projecto Pro-Cívico e Direitos Humanos, o CESC tem estado a implementar acções de empoderamento dos cidadãos e das Organizações da Sociedade Civil (OSC) para a monitoria da governação, com destaque para a monitoria da gestão de finanças públicas ao nível local. Este processo, ocorre através da capacitação de membros das Plataformas Distritais, Jornalistas das rádios comunitárias e técnicos de planificação dos Serviços Distritais de Planeamento e de Infraestruturas, educação e Secretaria do Distrito em técnicas e metodologias de implementação das ferramentas participativas.

Assim, a Auditoria Social constitui uma dessas ferramentas de empoderamento da comunidade para, de forma informada, estruturada e proativa, abordar os provedores públicos para o uso eficiente e eficaz dos recursos públicos, potenciar boas práticas na gestão pública – transparência, prestação de contas, responsabilização – e influenciar a formulação de políticas públicas futuras que melhorem a qualidade dos serviços públicos básicos em função das prioridades da população.

A implementação da abordagem de Auditoria Social iniciou com uma acção de capacitação que teve lugar em Angoche entre 22 e 23 de Outubro de 2024, envolvendo 19 participantes dentre os quais membros da Plataforma Distrital de organizações da sociedade civil, representantes do governo distrital e dos Serviços Distritais de Infraestruturas e Actividades Económicas de Angoche.

Seguidamente, foram realizadas acções de visitas de campo para a Auditoria Social entre 25 de Novembro e 2 de Dezembro de 2024.

2.1 OBJECTIVO

2.1.1 geral

Avaliar e analisar o impacto dos projectos que estão a ser implementados pelo Governo de Angoche, nos postos Administrativos de Angoche-Sede, Namaponda, Boila/Nametória e Aube-Sede, e nas localidades de Mutucute.

2.1.2 Objectivos específicos

- Identificar a qualidade e o nível de execução dos projectos constantes no PESOD dos anos de 2022 e 2023 e reportados nos respectivos Relatórios Balanço;
- Descrever o grau satisfação das comunidades na implemetação dos projectos constantes no PESOD e Relatório Balanço do ano de 2022 e 2023;
- Perceber o impacto do envolvimneto da comunidade na planificação e implementação dos projectos do governo do Distrito de Angoche;

3. METODOLOGIA

Na implementação de auditoria social relativa aos projectos implementados no distrito de Angoche e escolhidos, a equipa privilegiou a seguinte metodologia de trabalho:

- a) Capacitação dos membros da Plataforma Distrital, técnicos de Infraestrutura, Actividade económica e Técnico de Planificação do Governo do Distrito, sobre a metodologia;
- b) De seguida foi realizado o processo de consciencialização e Mobilização dos Órgãos Locais do Estado, nomeadamente: Chefes das Localidades, Chefes dos Postos

Administrativos, Técnicos de Planificação distrital e o Governo do Distrito. Na sequência, foram realizados encontros juntos das lideranças comunitárias e a comunidade local que culminou com a criação dos comités de Auditoria Social (CAS).

- c) pós o processo de consciencialização e mobilização foi feita a recolha e a análise da informação. A informação em referência é dos instrumentos de planificação distrital, nomeadamente: PESOD (Matriz do PESOD), RBPESODs e alguns Projectos específicos de onde foram seleccionados os avaliados;
- a) Encontro de esclarecimentos com o Governo do Distrito (Técnico de Infraestrutura, Actividades económicas e Técnico de Planificação do Governo do Distrito)
- b) Distribuição das equipas de trabalho e partilha de material de trabalho como fichas de Auditoria Social (inquérito) na comunidade, assim como aos provedores.
- c) Inquérito realizado às Comunidades e aos provedores relacionado com os projectos que estão a ser implementados e a recolha das evidências.

3.1 ACESSO À INFORMAÇÃO

No geral, a equipa de Auditoria Social não teve quaisquer limitações no acesso à informação.

O facto deu-se principalmente pelo envolvimento dos técnicos de planificação e a abertura do Governo do Distrito para a realização desta auditoria Social. Os técnicos dos diversos Serviços Distritais, disponibilizaram a informação necessária para esta actividade.

4. ALINHAMENTO ENTRE O PESOD E RBPESOD

Da análise minuciosa realizada aos dois documentos foi notório que os instrumentos de Planificação e Reporting não estão alinhados uma vez que a maioria dos projectos reportados não constam no PESOD.

Na essência, tal facto dificulta o apuramento do real desempenho do Governo, tendo em conta que o que estava previsto não foi reportado como tendo sido realizado e o que é relatado, muitas vezes, resulta de implementação de acções de nível provincial e nacional de que não se dispõe muita informação à respeito.

Por exemplo, no PESOD encontramos:

- Ampliação do C. Saude de Aube-Sede;

- Construção de muro de Vedação de Aube-Sede;
- Construção de mercado, armazém e sanitários de Aube-Sede;
- Reabilitação de estrada de Siretene a Aube Sede
- Construção da casa do chefe da Localidade de Catamoio-Aube
- Reabilitação de represas de Luazi e Nacopa-Boila/Nametória;
- Construção de C. Saude de Napruma-Boila/Nametória;
- Reabilitação de tanques carececidas

Porém, no RBPESOD encontramos:

1. Construção de Alpendre no C. Saude de Mutucute para consultas-Angoche;
2. Construção de mercado na Comunidade de Murrua-Angoche;
3. Reabilitação da estrada de Comba a Gêlo-Namaconda;
4. Reabilitação e ampliação do C. Saúde de Namaconda;
5. Construção do sistema de abastecimento de água de Namaconda;
6. Abertura de furo de Água na comunidade de Naquitha-Namaconda;
7. Construção do sistema de abastecimento de água de Muliquiua- Nametória;
8. Reabilitação do C. Saude de Nametória;
9. Abertura de furo de Agua na comunidade de Merussa- Nametória.

5. RESULTADOS E CONSTATAÇÕES DA AUDITORIA SOCIAL

5.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO DE ANGOCHE

O Distrito de Angoche localiza-se na zona Sul do litoral da província de Nampula. O distrito possui uma superfície de 3056 Km² e uma população de 391.249 habitantes, dos quais 190.746 são homens e 200.504 são mulheres (INE, 2021). Angoche tem como limites a Norte, o distrito de Mogincual; a Sul, o distrito de Moma; a Leste, o Oceano Índico e a Oeste, o distrito de Mogovolas.

Administrativamente, Angoche é composto por quatro Postos Administrativos, nomeadamente Angoche-sede, Boila-Namitória, Aube e Namaponda.

6. AVALIAÇÃO DOS PROJECTOS

Da auditoria social realizada tivemos como resultado, que descreveremos para cada projecto, sendo:

6.1 Projecto I: Construção/abertura de furo de água na comunidade de Naquitha-Namaponda

É um projecto de raiz, localizado no povoado de Naquitha e financiado pelo governo do distrito, segundo o relatório balanço de 2022.

O mesmo consistia na abertura de furo de água. Este projecto foi idealizado para beneficiar cerca de 11.187 cidadãos residentes no bairro de Naquitha.

O projecto visa a expandir a rede de abastecimento de água as comunidades alvo.

Da avaliação do Comité de Auditoria Social, dos Inquéritos e entrevistas apurou-se o seguinte:

Aspectos positivos

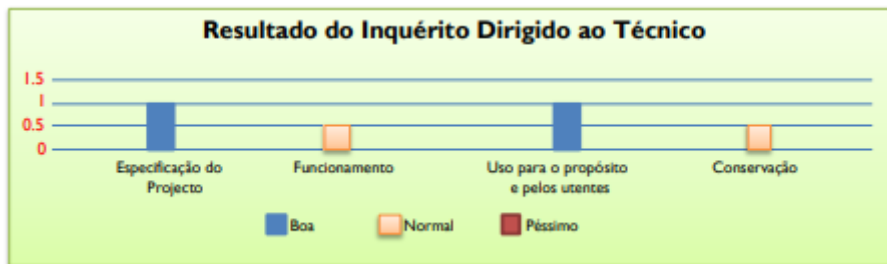
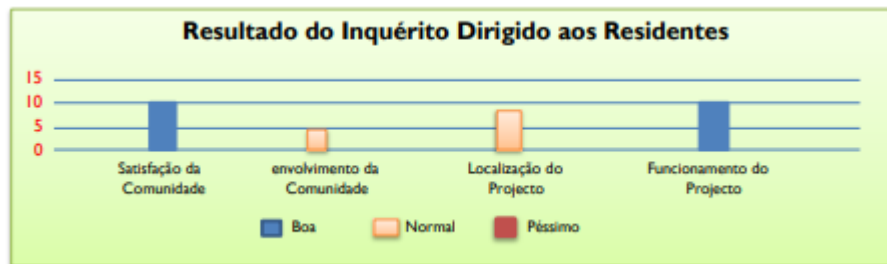
- ✓ O projecto ainda continua relevante;
- ✓ O projecto também é considerado impactante na vida das comunidades;
- ✓ O furo de água é manuseado periodicamente.

Aspectos negativos

- ✓ O furo não é suficiente para o número da população;
- ✓ Falta de envolvimento da comunidade na decisão sobre onde implantar o projecto;
- ✓ Falta de recursos humanos adequados para a manutenção;
- ✓ O furo de água tem registado avarias frequentes.
- ✓ Fraca inclusão as comunidades na tomada de decisão

- ✓ Fraca gestão inclusiva das comunidades.

Na essência, foram administrados 35 inquéritos no total, sendo 30 aos residentes e beneficiários deste projecto, 1 líder e 3 entrevistas ao Directores e 1 chefe da Localidade. A que obtivemos os seguintes resultados como ilustram os gráficos abaixo:



Assim, recomenda-se a:

a) Ao Governo Distrital

- ✓ Abertura de mais furos de água para cobrir a demanda;
- ✓ Criar mecanismos para uma gestão participativa;
- ✓ Alocação de acessórios para reposição da fonte.

b) Ao Comité de Auditoria Social/ às lideranças locais

- ✓ Monitorar o projecto implementado pelo governo;
- ✓ Participar na gestão do projecto;
- ✓ Melhorar a conservação da infraestrutura.

6.2 Projecto 2: Construção de duas salas de Consultas na comunidade de Mutucute

É um projecto de raiz financiado pelo governo do Distrito e seus parceiros, segundo o relatório balanço de 2022 do Distrito de Angoche.

O mesmo está localizado no povoado de Mutucute, que consistia em construção de alpendre para consultas médicas. Este projecto foi idealizado para beneficiar cerca de 990 cidadãos residentes da sede da localidade de Mutucute, no bairro de Bela Vista.

Este projecto visa a expandir a rede sanitária na comunidade alvo.

Da avaliação do Comité de Auditoria Social, dos Inquéritos e entrevistas apurou-se o seguinte:

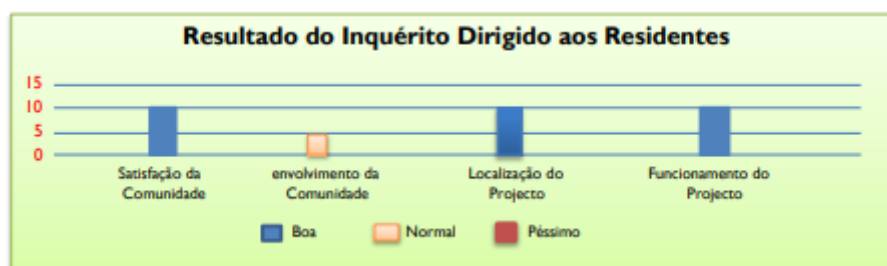
Aspectos positivos:

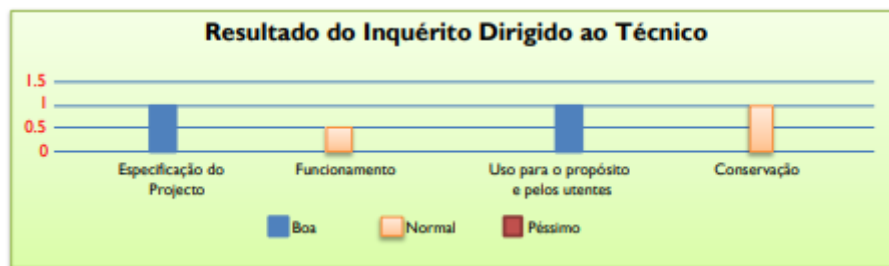
- ✓ As comunidades aderem à unidade sanitária para o tratamento das enfermidades;
- ✓ Funcionamento regular da maternidade;
- ✓ Bom atendimento aos utentes.

Aspectos negativos

- ✓ Falta de recursos humanos;
 - a) Na maternidade trabalha apenas uma enfermeira

Na essência, foram administrados 36 inquéritos aos residentes e beneficiários deste projecto, e mais 2 líderes e 3 entrevistas ao Director e técnicos de saúde, e 1 chefe da localidade, que corresponde a 36 inquéritos. A que obtivemos os seguintes resultados como ilustram os gráficos abaixo:





Igualmente foi realizada uma observação ao projecto no local onde foi implementado, ao que foi apurado o seguinte:

- a) O local é acessível a comunidade;

Assim, recomenda-se a:

a) Ao Governo Distrital

- ✓ Aumento de recursos humanos para tirar vantagem da infraestrutura;
- ✓ Abertura de um furo de água;

6.3 Projecto 3: Construção de sistema de abastecimento de água na comunidade de Muliquiua-Nametória

É um projecto de raiz, localizado no povoado de Muliquiua, e financiado pelo governo do Distrito e seus parceiros, segundo o relatório balanço de 2022 do Distrito de Angoche.

Não está claro o valor da empreitada, porém o projecto consistia na construção de sistema de abastecimento de água potável. Este projecto foi idealizado para beneficiar cerca de 3,102 cidadãos residentes no bairro de Muliquiua.

Este projecto visa a expandir a rede de abastecimento de água na comunidade alvo.

Da avaliação do Comité de Auditoria Social, dos Inquéritos e entrevistas apurou-se o seguinte:

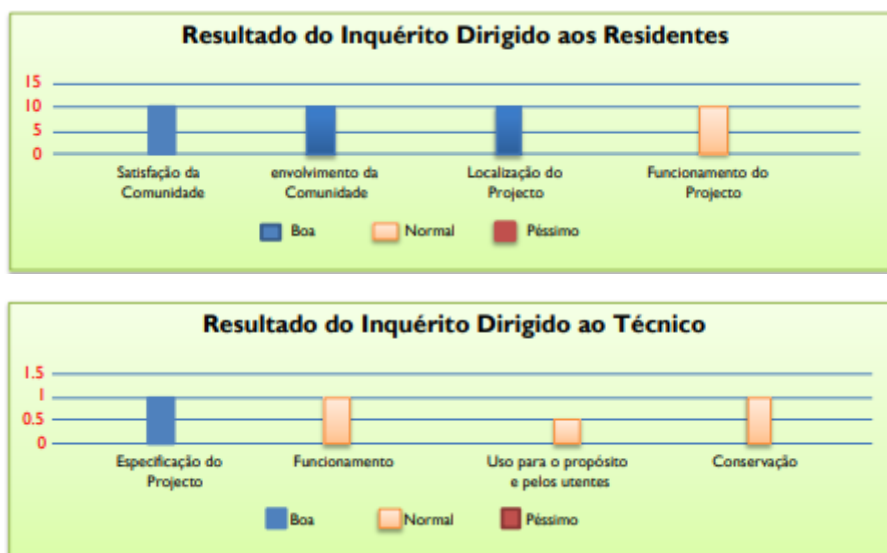
Aspectos positivos

- ✓ A comunidade foi envolvida na implementação;
- ✓ O projecto ainda continua a ser relevante;
- ✓ Os cidadãos consideram o projecto impactante na vida das comunidades;
- ✓ O projecto é manuseado periodicamente.

Aspectos negativos

- ✓ Não é suficiente para cobrir a população daquela região;
- ✓ Falta de envolvimento da comunidade na tomada de decisão sobre a priorização do projecto;
- ✓ Falta de recursos humanos adequados para manutenção do mesmo;
- ✓ Custo de canalização elevado;
- ✓ Não funcionamento adequado do projecto.

Na essência, foram administrados 35 inquéritos aos residentes e beneficiários deste projecto, incluindo 1 líder e 3 entrevistas ao Director e técnicos e 1 chefe da Localidade, que corresponde a 35 inquéritos. A que obtivemos os seguintes resultados como ilustram os gráficos abaixo:



Igualmente foi realizada uma observação ao projecto no local onde foi implementado, ao que foi apurado o seguinte:

- b) É local acessível a comunidade;

Assim, recomenda-se a:

b) Ao Governo Distrital

- ✓ Abertura de mais furos de águas;
- ✓ Consulta comunitária na implementação deste tipo de projectos;

✓ Envolvimento das comunidades na tomada de decisões para implementação do projecto.

c) Ao Comité de Auditoria Social/ às lideranças locais

Participar activamente no processo de implementação e gestão do sistema.

7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

7.1 Conclusões

Concluindo, pode se inferir que prevalece o problema de não partilha de informação dos projetos de nível provincial para o distrital, ou seja, quando os concursos são lançados ao nível provincial e central, os projetos não são enviados para os locais onde os mesmos são implementados. Esta situação dificulta a monitoria e acompanhamento da sua implementação.

De igual forma, analisado o PESOD e o RBPESOD foi notório que os instrumentos de Planificação e Reporting não estão alinhados uma vez que a maioria dos projectos reportados não constam no PESOD.

Igualmente, foi notado no Projecto de construção de mercado de Murrúa, o orçamento alocado no PESOD prevê a contratação do Fiscal da Obra, sendo que, conseqüentemente é o empreiteiro que contrata o fiscal. Esta situação afecta sobremaneira a qualidade da obra.

Sobre os projectos, as informações colhidas mostram que nem todas comunidades participam no processo e na implementação dos projectos.

7.2 Recomendações

Assim, recomenda-se a:

a) Ao Governo Distrital/provincial

- ✓ O planificado no PESOD deve se alinhar no RBPESOD;
- ✓ Deve haver um esclarecimento do não cumprimento dos projectos planificados;
- ✓ Deve haver clareza sobre o que se reporta no RBPESOD.

b) Ao Comité de Auditoria Social / às lideranças locais

- ✓ Participação na implementação e na gestão de todos projectos do governo e seus parceiros.
- ✓ Monitoria regular e avaliação dos projectos avaliados.

c) Às Organizações da Sociedade Civil

- ✓ Continuar a divulgar as lei de acesso a informação e direitos e deveres